

## **TENDÊNCIAS DO ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO BÁSICA EM SANTA CATARINA: REPERCUSSÕES DO FUNDEF E DO FUNDEB NA MATRÍCULA PÚBLICA.**

**Phelipe Pires Fermino - USSC**

[phelipeprof@yahoo.com.br](mailto:phelipeprof@yahoo.com.br)

### **RESUMO**

O presente trabalho examina os efeitos do Fundef e do Fundeb no atendimento público à Educação Básica no Estado de Santa Catarina. Trata-se de um estudo de natureza quantitativa que examina as tendências das matrículas a partir das Sinopses Estatísticas dos Censos Escolares realizados pelo INEP de 1996 a 2008. A série histórica das matrículas mostra que houve, como em outros estudos sobre o tema, intensa municipalização do ensino fundamental, a qual repercutiu no atendimento aos outros níveis e modalidades de ensino. Tendências mantidas nos primeiros dois anos do Fundeb.

### **TEXTO AMPLIADO**

Este estudo integra projeto de pesquisa de âmbito nacional sobre a remuneração de professores de escolas públicas da educação básica aprovado pelo Observatório da Educação. É examinado, especificamente, o atendimento à educação básica no estado de Santa Catarina realizado pelo conjunto dos governos municipais e pelo governo estadual, no período entre 1996 e 2008, no âmbito de vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), em vigor entre 1998 e 2006, e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (Fundeb), vigente a partir de 2007. Em cada estado os fundos modificaram a forma de redistribuição de recursos que as esferas de governo destinam à educação, induzindo os gestores públicos a ampliarem o atendimento em certo sentido na perspectiva de obtenção de receita. No primeiro fundo, esse comportamento decorreu da prioridade ao ensino fundamental, e no segundo, em função de diferentes valores por aluno para todas as matrículas da educação básica. O estudo será complementado por mais duas etapas: o exame da movimentação financeira entre os municípios e o governo estadual promovida pelos Fundos e o da remuneração dos professores neste âmbito. Esta primeira etapa examina os Censos Escolares do período, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Foram construídas séries históricas das matrículas organizadas e desagregadas por dependência administrativa, por nível de governo e por etapas e modalidades de ensino.

Na análise das tabelas e gráficos emerge um intenso processo de municipalização das matrículas do ensino fundamental inicialmente concentrada na rede estadual. Como identificado em outros estudos, a municipalização repercutiu no atendimento dos outros níveis de ensino. Na educação infantil percebe-se em todo o período uma contenção no seu ritmo de crescimento, após uma redução no número de matrículas em 1997, ano imediatamente anterior ao do início do Fundef quando já tem início a municipalização

do ensino fundamental. Depois, a partir de 2006, o processo de implantação do ensino obrigatório para as crianças com seis anos de idade vai refletir tanto no aprofundamento da municipalização deste quanto na contenção e até redução da educação infantil. O ensino médio mantém um crescimento importante até 2003, quando, então, recua em cerca de 50 mil matrículas até 2007, processo atribuído à implantação de programas de correção de fluxo que afetaram positivamente as taxas de rendimento dos alunos. A EJA mostra uma grande oscilação ao longo do período, porém mudanças bruscas no número de matrículas em alguns anos dificultam a identificação de uma tendência confiável, o que requer a consulta ao INEP. Essas tendências nas matrículas consolidadas pelo Fundef permanecem inalteradas nos dois primeiros anos de vigência do Fundeb, mesmo após a maior abrangência de cobertura da Educação Básica.